

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2023

Vol 5

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2023

Vol 5

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 5

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
E24	<p>A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 5 / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0965-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.656230601</p> <p>1. Educação. 2. Ensino. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.








O cenário social atual, permeado por aceleradas alterações econômicas, políticas, sociais e culturais exige novas formas de compressão das relações de entre os indivíduos e desses com o conhecimento. Assim, os processos educativos auxiliam no desenvolvimento das capacidades físicas e habilidades mentais indispensáveis para o convívio social. Nesse contexto, a obra: **A educação enquanto fenômeno social: Perspectivas de evolução e tendências 5, 6 e 7**, fruto de esforços de pesquisadores de distintas regiões brasileiras e estrangeiras, reúne pesquisas que se debruçam no entendimento das perspectivas educacionais contemporâneas.

Composta por dezoito capítulos, a livro apresenta estudos teóricos e empíricos, que versam sobre os processos pesquisa, ensino e de aprendizagem sob a perspectiva de seus atores e papéis. Com efeito, apresenta cenários que expõem experiências que dialogam com distintas áreas do conhecimento, sem contudo, perder o rigor científico e aprofundamento necessário.

Por fim, destacamos a importância da Atena Editora e dos autores na divulgação científica e no compartilhamento dos saberes cientificamente produzidos, à medida, que podem gerar novos estudos e reflexões sobre a temática. Ademais esperamos contar com novas contribuições para a ampliação do debate sobre a educação enquanto um fenômeno social.


Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

CAPÍTULO 1	1
A POESIA DE CECÍLIA MEIRELES: PRÁTICA DE ENSINO E ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Diana Carolina de Almeida Maria Luiza Batista Bretas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306011	
CAPÍTULO 2	20
A AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR E AS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL: PRECARIZAÇÃO À VISTA	
Eliete Maceno Novak Fausto dos Santos Amaral Filho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306012	
CAPÍTULO 3	34
A CRIMINALIZAÇÃO DA CANNABIS NO MUNDO: UMA HISTÓRIA DE PRECONCEITO E INTERESSES ECONÔMICOS	
Caio Carvalho Ribeiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306013	
CAPÍTULO 4	41
A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E A PEDAGOGIA DO ESPORTE: DESAFIOS E ESPERANÇAS	
Renato Sampaio Sadi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306014	
CAPÍTULO 5	50
A EDUCAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA	
Maria Terezinha Tavares	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306015	
CAPÍTULO 6	59
A GESTÃO DO CONHECIMENTO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Taymara S. Medina Letícia F. Dal Forno	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306016	
CAPÍTULO 7	62
A IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO DAS VARIÁVEIS SOCIOCULTURAIS E PSICOLÓGICAS	
Maria Aridenise Macena Fontenelle Maria do Carmo Duarte Freitas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306017	


CAPÍTULO 875**A PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO PRÁTICA DE ESTÁGIO NA LICENCIATURA DE CIÊNCIAS DA BIOLOGIA E QUÍMICA**

Jordilson dos Santos Souza
Maria Lucidalva Ribeiro de Sousa
Adriana Dantas Gonzaga de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306018>


CAPÍTULO 987**A RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE**

Ana Carla Correia de Oliveira
Carine Maria Dantas Vieira
Mismha Kelly Bomfim Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306019>


CAPÍTULO 10.....98**A UTILIZAÇÃO DE UMA REDE SOCIAL DIGITAL NA PROMOÇÃO DA FITOTERAPIA RACIONAL**

Maria Luana Peixoto Batista
Maria de Nazaré Eufrásio Alves
Mayara Fernandes de Amorim
Êmilly Mendes Angelino
Camyly Cataryne Silva Azevedo
Pâmella Eduarda Tavares de Brito
Tuanny Loriato Demuner
Samille Spellmann Cavalcanti de Farias
Viviany Azevedo Gomes
Beatriz de Freitas Medeiros
Letícia Cavalcanti de Melo
Daniel de Araújo Paulino
Joana Ferreira dos Santos
Alex da Silva
Juliana Emily de Lima Silva
Yasmin Vitória Jó da Silva
Lia Santos de Sousa
Larissa Martini Vicente
Saulo Rios Mariz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060110>

CAPÍTULO 11 106**A UTILIZAÇÃO DO WHATSAPP NO ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: EXPERIÊNCIA DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CUIABÁ (MT)**


Amanda Fernandes Brito
Hebe Giovana Amaral da Cruz
Cláudio Arruda Martins Brito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060111>

CAPÍTULO 12..... 120

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PANDEMIA DA COVID-19 NO IFRJ


Rogério Teixeira de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060112>

CAPÍTULO 13..... 124

CONSELHO DE ESCOLA COMO ÓRGÃO DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE. ESTUDO DE CASO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE PEMBA

Geraldina Marina Pedro Soares


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060113>

CAPÍTULO 14..... 138

CRITÉRIOS CONTRATUAIS PARA ADMISSÃO AO EXERCÍCIO DO TRABALHO DOCENTE TEMPORÁRIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa


Mateus Paulo Silva Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060114>

CAPÍTULO 15..... 153

BIBLIOTERAPIA NAS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS DE BAIROS PERIFÉRICOS

Johnny Glaydson dos Santos Tavares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060115>

CAPÍTULO 16..... 164

EDUCAÇÃO CTS E A BNCC NO CONTEXTO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
STS EDUCATION AND BNCC IN THE NATURAL SCIENCES CONTEXT

Jorge Raimundo da Trindade Souza

Deusivaldo Aguiar Santos

George Anderson Macedo Castro

Ricardo Haroldo de Carvalho

Heloisa Glins Santos


Katherine Soares Moraes

Maria Wenny Silva Franco

William Cristiano Figueredo

Carine Beatriz Corrêa Maciel

Renato Moraes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060116>


CAPÍTULO 17..... 179

EDUCACIÓN AMBIENTAL BASADA EN COMPETENCIAS: UN ENTORNO UNIVERSITARIO. HIDALGO, MÉXICO

Claudia Teresa Solano Pérez

Jesús Carlos Ruvalcaba Ledezma


Rosario Barrera Gálvez
 Miguel Bosco Palau Cantu
 Ana Erandi Montiel Hernandez
 José Arias Rico
 Reyna Cristina Jiménez Sánchez
 Olga Rocío Flores Chávez
 Rosa María Baltazar Téllez
 Lizbeth Morales Castillejos
 María del Consuelo Cabrera Morales
 Josefina Reynoso Vázquez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060117>

CAPÍTULO 18..... 185

ENTRE A ADOLESCÊNCIA E A PRIVAÇÃO: MEDIDAS SOCIEDUCATIVAS NO
 BRASIL EM UMA DISCUSSÃO DE CLASSE E RAÇA

Flávia Costa Macedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060118>

SOBRE O ORGANIZADOR 191

ÍNDICE REMISSIVO 192

CONSELHO DE ESCOLA COMO ÓRGÃO DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE. ESTUDO DE CASO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE PEMBA

Data de aceite: 02/01/2023

Geraldina Marina Pedro Soares

Doutoranda em Inovação Educativa
Universidade Católica de Moçambique

RESUMO: A implementação das políticas educativas de um país baseia-se na adopção de um modelo de gestão escolar partilhado entre o poder legislativo e o órgão das decisões locais. O estudo pretendeu Analisar o Conselho de Escola como Órgão de Participação da Comunidade. Neste contexto, aplicamos a abordagem qualitativa e estudo de caso. A metodologia aplicada na recolha de dados foi a leitura bibliográfica, análise documental, entrevista semiestruturada e observação directa. O tratamento de dados fez-se a partir da análise de conteúdo.

Portanto, o Conselho de Escola como órgão de consulta, monitoria e fiscalização, serve de elo de ligação directa entre as políticas educativas, os dizeres dos dirigentes e os dizeres da comunidade sobre os destinos da escola. Trata-se de um órgão constituído pela comunidade interna e externa que participa democraticamente nas discussões dos problemas e na tomada das decisões da escola, em prol do desenvolvimento

institucional. O resultado do estudo mostra o desconhecimento da legislação em vigor que orienta sobre o funcionamento e participação da comunidade na gestão democrática da Escola por parte dos superiores hierárquicos e dos membros do Conselho de Escola. O Conselho da Escola Secundária em estudo não tem o poder de tomada de decisão local, se não a simples partilha de informação e participação em reuniões de planificação. O poder de tomada das decisões está nas mãos da escola e dos superiores hierárquicos. Este estudo sirva de instrumento de auxílio para todos intervenientes de Escola proporcionando maior domínio e aplicação dos mecanismos de uma gestão escolar democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho de Escola, Participação da comunidade, Gestão Democrática.

ABSTRACT: The implementation of a country's education policies is based on the adoption of a school management model shared between the legislature and the local decision-making body. This study aims to analyze the School Council as an Organ of Community Participation, and accordingly, a qualitative approach and a case study were employed. Specifically, for

the data collection, the methodologies, including bibliographic reading, document analysis, semi-structured interviews, and direct observation were applied, while the data processing was performed through content analysis. Therefore, as an organ of consultation, monitoring, and inspection, the School Council serves as a direct link between educational policies, the sayings of the directors, and the sayings of the community about the school's destiny. It is a body constituted by the internal and external community that democratically participates in the discussions of problems and the taking of decisions of the school, in favor of institutional development. The result of this study shows that lack of knowledge of the existing legislations that guide the functioning and participation of the community in the democratic management of the School by the hierarchical superiors and the members of the School Council. The Secondary School Council under study does not have the power to make local decisions, other than the simple sharing of information and participation in planning meetings. The decision-making power is in the hands of the school and hierarchical superiors. This study will serve as a tool to help all those involved in the School, providing greater mastery and application of the mechanisms of democratic school management.

KEYWORDS: School Board (CE), Community Participation, School, Democratic Management.

1 | INTRODUÇÃO

A escola assume um papel importante no mundo, aprofundando, divulgando o conhecimento e preparando as novas gerações aos desafios da modernidade rumo ao desenvolvimento socioeconómico e cultural. Nesta perspectiva, a possibilidade de implementação das políticas educativas de um país baseia-se na adopção de um modelo de gestão escolar comungado entre o poder legislativo e as decisões locais encabeçadas pelo Conselho de Escola (CE) como Órgão de Participação da Comunidade.

A partir dos últimos 30 anos, o sistema educativo tende a registar modificações legislativas resultando em novas formas de gestão e de participação da comunidade na vida escolar. Tratou-se de período marcado por início da necessidade de influenciar a camada camada externa na gestão escolar (Canário, 2005).

A participação efectiva da comunidade na gestão da escola moçambicana é regida por documentos normativos, nomeadamente a lei do SNE, Plano estratégico da Educação, entre outros. No contexto do Plano Estratégico de Educação (2012 - 2016), para materializar os desafios de Educação é necessário o envolvimento da direcção da escola, os pais e encarregados de educação, a comunidade, os professores e os alunos de forma activa e organizada na vida da escola (MINEDH, 2015).

No contexto em que se aborda, o CE é assumido como órgão máximo de consulta, monitoria e de fiscalização na instituição de ensino e funciona em coordenação com os respectivos órgãos da escola. A participação activa e construtiva da comunidade escolar através do CE, na tomada de decisões ajuda a melhorar os mecanismos de comunicação e funcionamento da instituição nas diferentes áreas. Ou seja, melhora a gestão de infra-estruturas, equipamento, ambiente escolar a fim de promover o sucesso escolar, pois o seu

envolvimento está mais ligado aos resultados dos alunos. Para tal, o CE surge como um órgão em que a comunidade é levada a apoiar nas diversas actividades, na resolução de problemas e na gestão da escola (Ibraimo, 2014).

Entretanto, no dia-a-dia, e de forma inconcebível, nas escolas surgem situações decorrentes do ambiente interno e externo sobre o desempenho escolar, atitudes dos intervenientes, relacionamento, entre escola e comunidade, professor e aluno, e sobre a participação activa da comunidade na gestão da escola.

A Escola em estudo funciona com o 1º e 2º ciclo do Ensino Secundário Geral. Na ordem classificativa, é considerada de mais extensa Escola Secundária da Província de Cabo Delgado e abarca o maior número de alunos provenientes das comunidades dos bairros nos arredores da cidade de Pemba. Obviamente, é suposta a existência de inúmeros problemas dos alunos, professores e outros profissionais da escola com atitudes, comportamentos e cultura diversificados, requerendo a existência de uma gestão escolar participativa. Com isso, pretendemos compreender até que ponto o Conselho de Escola constitui Órgão de Participação da Comunidade?

Para o efeito, esta pesquisa de campo tem como objectivo analisar o CE como Órgão de Participação da Comunidade. Nisto, pretendemos perceber o seu envolvimento na gestão escolar e funcionalidade no ambiente interno e externo da escola.

Este estudo é relevante na medida em que proporciona contribuições que podem ajudar os membros do CE a compreender o seu papel, envolvimento, resolução de problemas e a tomada de decisão. E, pode ainda ajudar aos professores e o público em geral, a enquadrar, aconselhar a comunidade escolar e encaminhar as situações decorrentes na instituição ao longo do processo educativo, principalmente na Escola Secundária em estudo.

A revisão de literatura permitiu analisar no primeiro momento o Conselho de Escola como Órgão de Participação da Comunidade a partir de consensos de alguns autores que abordam sobre tema. No segundo momento, anunciamos a metodologia qualitativa e estudo de caso que facultaram para o levantamento dos dados de campo, e, no terceiro momento fizemos análise e confrontação dos dados recolhidos da entrevista e no quarto e último são as considerações finais.

2 | PAPEL DO CONSELHO DE ESCOLA

Por volta dos finais dos anos 60, foi caracterizado por uma crise mundial da educação, entendida como “crise da escola”. Tratou-se de uma crise que girou por vários países industrializados e culminou com precaução da legalidade do estado. Neste contexto, tratou-se do resultado da revolução industrial e liberal tendo surgido nova exigência educativa especializada que desagrega o aprender do fazer criando uma nova relação social, pedagógica, e de socialização entre o educador e o educando (Canário, 2005).

Na década de 1980, o processo de abertura e política redemocratização do país, as associações e movimentos populares passaram a reclamar participação na gestão pública Ferreira, e Ufg (2006). Na globalidade, a escola é designada como sendo património da comunidade, onde a sociedade transpassa os valores e experiências do património científico, social e cultural às novas gerações.

Entre os finais de 1980 e início de 1990 os Conselhos de Escolas começaram a adquirir centralidade a partir dos debates das áreas pedagógica, administrativa, financeira, assim como de âmbito das políticas governamentais e no campo de legislação educacional. As discussões sobre a possibilidade de criação e efectivação dos CE levavam à percepção da importância da participação activa dos estabelecimentos educacionais (Ferreira e Ufg).

O relatório sobre a participação da rapariga nas ciências, matemática e tecnologia, relatava sobre as dificuldades no alcance das metas de ensino, os pais eram amputados a culpa por causa dos filhos mal preparados. Para o efeito, a comunidade passou a assumir a educação partilhada dos filhos com o professor. A partir daí, houve a necessidade de convidar a comunidade para participar da vida da escola (MEC, 2009) citado em (Comunicação De Crise Na Igreja Católica & Pereira, 2014).

Ibraimo (2014) chama atenção que, caso a direção considere a escola como o seu império, organização, gestão e estilo de liderança como o seu quadro de referência, o CE apesar de possuir poderes plasmados no Regulamento Geral das escolas do Ensino Básico, irá funcionar de forma limitada, e sob orientação e domínio dos representantes da escola. Mas também, a comunidade olha a escola como local dos professores e alunos, que se guiam pelos programas preconcebidos.

No sector da Educação Moçambicana, a lei 18/2018, de 28 de Dezembro, define a educação como direito e dever do estado, a promoção da democratização do ensino como garante a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no sucesso e acesso escolar dos cidadãos.

A materialização das políticas educativas emanadas nessa lei se faz sentir através das acções constantes no Plano Estratégico e do Plano Curricular do Ensino Básico moçambicano.

Neste contexto, o Conselho de Escola é o órgão máximo de consulta na da escola e tem o papel de ajustar as directrizes e metas centralmente e localmente definidas à realidade da escola e garantir a gestão democrática. Fazem parte do conselho de escola todos os elementos da comunidade escolar, tais como: director da escola, professores, alunos, pessoal administrativo, pais e encarregados de educação, presidido por um dos membros do grupo de pais e/ou encarregado de educação ou um dos membros do grupo da comunidade (REGEB, 2008).

Na mesma lei, o artigo 8 do mesmo Regulamento diz que na componente organizacional e de funcionamento a escola privilegia-se do conselho de escola, direcção de escola e colectivo de direcção. O mesmo instrumento refere que para além da composição

representada a cima, a escola tem como órgãos de consulta o conselho pedagógico, assembleia geral da escola, assembleia geral da turma e conselho geral de turma. Este órgão conta ainda com o apoio das comissões e associações de pais ou ligação escola-comunidade.

Para o pleno funcionamento do órgão de escola se destacam as seguintes competências: aprovar o plano de desenvolvimento, o plano anual da escola e garantir a sua implementação; aprovar o regulamento interno da escola; propor o calendário escolar aos órgãos centrais superiores; aprovar e garantir a implementação de projecto psicopedagógico e material da iniciativa da escola; elaborar e garantir a execução de programas especiais com vista a integração da família - escola - comunidade; pronunciar-se sobre o desempenho dos membros de direcção e propor a sua exoneração ou nomeação; decidir sobre as reclamações dos alunos, pais e encarregados de educação; pronunciar-se sobre o aproveitamento pedagógico; aprovar o relatório anual; substituir o presidente do CE ou membro que não demonstre bom desempenho; apreciar a proposta dos melhores trabalhadores a serem distinguidos e premiados; persuadir os pais/encarregados de educação e a comunidade a prestar apoio material e financeiro sempre que necessário, (REGEB, 2008).

Para além das funções descritas por REGEB, o Conselho de Escola possui as seguintes: *Deliberativa* - Refere-se tanto às tomadas de decisão relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar; *Consultiva* - Refere-se não só à emissão de pareceres para dirimir as dúvidas e tomar decisões como também às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência; *Fiscalizadora* - Refere-se ao acompanhamento e à fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações; *Mobilizadora* - Refere-se ao apoio e ao estímulo às comunidades escolar e local em busca da melhoria da qualidade do ensino, do acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes; *Pedagógica* - Refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola, bem como a qualidade social da instituição escolar (MINED, 2015).

Portanto, o Conselho de Escola constitui um órgão que mantém relações entre a escola e a comunidade a seu redor sob forma de descentralização dos processos educativos.

3 | GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

A gestão pode ser entendida como processo que permite adquirir resultados com esforço dos outros, em que incide sobre os recursos, processos e resultados, com a

promoção de acções recíprocas e orientando todo o sistema (Teixeira, 2005, p.5).

A gestão escolar disponibiliza condições de superação do enfoque limitado de administração, de modo que os problemas educacionais mais complexos necessitem de visão global e abrangente, assim como acções articuladas, dinâmicas e participativas. Para tal, Romero (2009) percebe gestão escolar como o processo de controlo e administração assim como, governação e gestação de processos.

A gestão passa por cultivar uma cultura harmoniosa na organização capaz de influenciar os membros na participação activa resultando em aquisição de resultados excepcionais.

A participação pode ser vista como um processo pelo qual as pessoas ou a comunidade se envolvem mobilizando suas próprias forças criativas na medida em que gerem e decidem acções por iniciativas próprias. Mas também, pode designar se por participação ao processo de atender aos actores em presença, aos conteúdos em discussão e às suas relações com o contexto sistémico em que se inserem. Por isso, o principal objectivo é envolver a população a nível local e aumentar a capacidade de sua actuação localmente (Guerra, 2006).

A participação da comunidade em diversas tarefas da escola em processos de tomada de decisão promove a eficiência no desempenho organizacional (Marques, 1981).

A participação na percepção de Francisco (2010) é um processo social e democrático que as comunidades realizam, embora vários directores de escolas bloqueiam a realização plena das tarefas dos membros da comunidade escolar, necessitam de imprimir esforços criando condições básicas para construção de identidade da escola de seus filhos, autonomização, melhoria da qualidade de ensino e democratização do sistema educativo.

Conforme o MINEDH (2015), a formação, a participação dos membros e a composição do CE ocorre mediante à uma eleição democrática em que participa a representatividade das comunidades interna (professores e outros funcionários) e externa da escola (pais e encarregados de educação e a comunidade).

Normalmente, os pais podem apoiar a escola a partir da organização que vise melhorar o desempenho para o desenvolvimento da própria escola, tais como: “Acompanhamento e apoio dos seus filhos na realização de trabalhos da escola, contacto regular com os professores para se informar do aproveitamento e comportamento dos seus educandos, e apoio aos alunos com dificuldade de aprendizagem; apoio a escola na organização de várias actividades co-curriculares e de convívios entre professores, pais e/ou encarregados de educação e a comunidade; transmissão da história da comunidade, dos seus usos e costumes, da sua música, danças tradicionais e contos; participação em equipas para trabalhos voluntários de apoio a escola. Contribuição com fundos e meios materiais” (MINEDH, 2015).

Estudos de Suzuki (2002) realizados em quatro escolas primárias do Uganda ditam que a percepção dos pais sobre a prestação de contas nas instituições influencia o nível

de participação dos mesmos no processo educativo. Para este autor existem duas formas principais de participação dos pais e encarregados de educação: matrículas dos filhos e contribuições para as receitas internas da escola.

Ainda Suzuki (2002) revela a falta de transparência na gestão das receitas internas, tratamento diferenciado entre os pais e os directores de escolas, distanciamento entre os pais e a liderança dos mecanismos de cogestão como manifestações de não transparência, em que os pais decidiam retirar seus filhos para outras escolas ou ignorar as contribuições em caso de solicitações posteriores.

Portanto, a criação e funcionalidade do conselho de escola é bastante importante para valorização da gestão democrática solidária, honesta e participativa. As principais atenções não estão apenas centradas na personalidade dos gestores e líderes, mas sim, se baseiam nos comportamentos dos tais líderes.

Para tal, o poder e a tomada de decisões devem ser compartilhados por alguns ou por todos os membros da organização; compartilha de valores e de objectivos comuns por todos os integrantes; existe uma representatividade formal de todos os membros nos órgãos de decisão; a organização deve conceber políticas e tomar decisões através de aplicação de processos colaborativos baseados no consenso (Guerra, 1994).

As abordagens a cima, levam a crer que, a construção do projecto político-pedagógico e do regimento escolar constitui uma oportunidade na definição dos mecanismos de participação da comunidade na vida de uma escola democrática.

Assim, o processo de tomada de decisões é algo indispensável, na medida em que Samora Machel (1985) sublinha sobre a necessidade de o sector de educação “fazer das instituições do ensino bases revolucionárias para a consolidação do poder popular, profundamente inseridas na comunidade” (p.7).

4 | METODOLOGIA

Diversos autores abordam sobre aspectos metodológicos de pesquisa, entre os quais Gil (1999), Gil (2002), Vergara (1997), Guerra (2006), Amado (2009), Richardson, 2010, entre outros, assumem a existência de paralelismo entre o tema, os objectivos, o problema, o marco teórico e a metodologia de investigação. Isso ocorre na medida em que o marco teórico por exemplo tem por finalidade analisar o objecto de estudo, por meio de construção teórica, a abordagem metodológica permite confrontar a visão teórica do problema com a realidade. Para isso fizemos um estudo descritivo para permitir a descrição de tudo o que observamos e caracterizamos através dos dados empíricos relevantes (Guerra, 2006); (Amado, 2009); (Vilela, 2009).

4.1 Tipo de pesquisa

Para a concretização deste trabalho, aplicamos a pesquisa qualitativa, pois segundo Gil (2002), pela razão de o objectivo geral descrever uma realidade, sem usar

generalizações dos resultados para outros efeitos particulares. Ainda, neste quadro de pesquisa qualitativa aplicamos o estudo de caso com a finalidade holística, para preservar e compreender o caso deste órgão de participação da comunidade, no seu contexto real, com profundidade tirando as partes possíveis de fontes múltiplas de dados. E, de acordo com Vergara (1997) e Gil (1999) há necessidade de obtenção de dados através da amostragem não probabilística, aquela seleccionada por acessibilidade, tipicidade e por cotas.

Um dos aspectos que os estudos de caso apresentam em comum é a dedicação ao conhecimento e a descrição do idiossincrático e específico como legítimo em si mesmo (Amado, 2013).

4.2 Instrumentos e técnicas de colecta de dados

A fiabilidade e a viabilidade dos instrumentos de recolha de dados dependem muito mais da familiaridade e da experiência do pesquisador. Por este motivo, para desenvolver uma pesquisa o importante é a observância de critérios, como a objectividade, fidelidade e validade assegurados pela técnica de triangulação aplicada tanto na colecta como na análise de dados (Vilelas, 2009).

4.3 Entrevista semiestruturada e participantes do estudo

Uma das principais vantagens do estudo de caso é que permite a recolha de dados usando várias fontes. Neste estudo, aplicamos a entrevista semiestruturada, observação directa, observação participante e análise documental. Com base nos ensinamentos em Guerra (2006), na selecção dos participantes deste estudo, foram usadas as características-chave homogéneas e heterogéneas. Neste caso, seleccionamos 9 pessoas de alta confiança, idóneas e conhecedoras da matéria, participaram desta entrevista, com a duração de aproximadamente 20 minutos cada. Para o efeito, participaram da entrevista o Presidente do Conselho de Escola (PCE), pais e encarregados de educação, representantes dos alunos e representantes dos professores, director da escola e representante da comunidade. A escolha dos entrevistados foi feita aleatoriamente como forma de perceber o fenómeno estudado para melhor analisar o concelho de escola como órgão de participação da comunidade. A pedido dos participantes, as entrevistas não foram gravadas para manter a privacidade e fidelidade, foram registadas e analisadas e mereceram uma análise de conteúdo a partir das categorias, subcategorias e das unidades de registo.

4.4 Análise documental

No presente estudo, aplicamos a técnica de análise documental para verificar a lista nominal dos membros, os relatórios das actividades que os Membros do Conselho de Escola realizam, actas das reuniões realizadas pelos membros do Conselho da Escola. A opção por esta técnica é de que podem ser combinadas permitindo compensar as suas vantagens, desvantagens para obter informações fiáveis (Bardin, 2010; Guerra, 2006).

4.5 Métodos de tratamento e análise de dados

Para facilitar o processo de organização e tratamento fizemos análise de conteúdo a partir das unidades de registo das respostas dos entrevistados. Elaboramos algumas categorias fundamentais: Papel do conselho de escola no desenvolvimento institucional, envolvimento da comunidade na gestão democrática da escola, processo de tomada de decisões na escola.

5 | PAPEL DO CONSELHO DE ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Conselho de Escola é um órgão deliberativo que ajuda na gestão escolar, isto é, o Conselho de Escola tem o papel de apoiar a escola na resolução dos problemas dos alunos, professores, tais como comportamento, aplicação do regulamento interno, execução dos planos e aproveitamento pedagógico dos alunos (C1). O Conselho de Escola é agrupamento de pessoas dispostas que ouvem discutem e deliberam acerca de um dado assunto (C4). Assim sendo, existe a direcção e o Conselho de Escola. O Conselho de Escola não substitui a direcção da escola, mas sim, nós trabalhamos em paralelo. Todavia, ele está mais inserido na comunidade visto que a escola está e, é da comunidade (C9).

Uma das formas de promoção do desenvolvimento institucional é os alunos estudarem para obterem bom desempenho, participar nas tarefas da escola sendo jogos, limpeza, vigiar a escola contra malfeitores com tendências de marginalizá-la (C3).

Olhando numa concepção de educação de qualidade social, a educação é responsável pela formação do homem socialmente definido para desempenhar um papel na luta pela transformação histórica (Praxis, 1996). Deste modo, o Conselho de Escola se tornou num órgão constituído por uma representatividade de pessoas de uma comunidade escolar em que a tomada de decisão é feita mediante à consulta, discussão e diálogo.

Participamos nas reuniões de planificação e somos envolvidos nas tarefas da escola, mas os alunos membros deste órgão tem sido excluídos, somente participam das reuniões de turmas orientadas pelos respectivos directores de turmas (C1). Normalmente, nas reuniões debatem-se questões sobre taxas de matrículas, modelo de uniforme escolar, aproveitamento pedagógico, Género – empoderamento da mulher; Sexualidade, drogas; Orçamento financeiro da própria escola (C2). CE é braço forte, por isso, sempre trabalha em estreita ligação, na medida que planificam, solicitam exceptuando as tarefas meramente de carácter pedagógico (C9). Existem mudanças na escola resultantes da participação do Conselho de Escola, como melhoria no aproveitamento pedagógico, a limpeza do recinto escolar, o envolvimento na elaboração do regulamento interno da escola, também um caso mais recente foi da mudança do uniforme das raparigas de calças para saias. Melhorou bastante a relação docente e discente (C4).

A participação da comunidade requer a intervenção nos processos de planificação,

na tomada de decisões e no controle das ações exigindo que o indivíduo opine, analise e proponha soluções como sujeito (Antunes, 2002).

5.1 Envolvimento da comunidade na gestão democrática da escola

Falar da gestão democrática, é falar também da gestão participativa. É neste contexto que este órgão de consulta participa de forma activa, participativa nas tarefas da escola. Este órgão é convocado nos encontros ordinários e extraordinários, e participa na planificação e gestão da escola. Por exemplo, quando a escola recebe o dinheiro de Apoio Directo as Escolas, planificamos em conjunto, a ideia é partilhada, avaliada democraticamente pela direcção da escola. A Direcção da escola é quem dirige as reuniões e os problemas são geridos pela própria direcção (C1).

Antes era uma escola isolada da comunidade, e, hoje é melhor. Entretanto, apesar de registar essas melhorias, alguns professores não atendem adequadamente as preocupações colocadas pelos alunos e intimidam-nos (C8). Mas também, existem pais que não atendem as solicitações da escola de seus filhos (C3).

Os mecanismos de partilha de informações melhoraram bastante. Nós tomamos conhecimento das ocorrências da escola através das vitrinas, o diálogo (informações orais). Caso haja pertinência mandamos mensagens e watsap em partilha com o Presidente do Conselho de Escola que fala em nome da comunidade (C4).

A comunidade transporta as informações da comunidade para fazer chegar na escola, e a escola planifica para o bom funcionamento da própria escola. muitos alunos não participam nas concentrações, nem assistem aulas principalmente nos primeiros tempos lectivos devido ao atraso (C2).

Portanto, a gestão democrática significa o controlo do estado pela sociedade civil. Ou seja, trata-se do envolvimento da comunidade na decisão dos encaminhamentos dos serviços oferecidos pelo estado podendo obter melhores serviços e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, (Camargo, 1997).

5.2 Processo de tomada de decisões na escola

A tomada de decisão é relativa porque existem discussões pedagógicas, o que tem sido feito é trazer a toa e fazer uma análise em conjunto (Conselho de Escola e Direcção da Escola) (C9). As vezes as decisões deliberadas do Conselho de Escola são desvalorizadas pelos superiores hierárquicos. Por exemplo: no ano passado deliberamos o uso de uniforme “calças” para rapazes e raparigas. No entanto, “a Governadora da Província nos traiu” ao invalidar a decisão do CE de uso de calças para saias nas raparigas. Sentímo-nos traídos porque afinal nos atribuem competências e somos retirados” (C2, C3, C4, C7, C9).

Quem tem o poder de tomada de decisão é a direcção da escola, visto que caso existir algo de expulsão de um aluno por exemplo, o CE avalia o problema depois decidimos, tendo em conta aos regulamentos do Ensino Secundário Geral e regulamento interno.

Antigamente entravam alguns marginais, perturbavam o ambiente das aulas e marginalizar a escola de motorizada. Solicitamos o Conselho de Escola, apertamos o cerco e algo melhorou. Dentro do Conselho de Escola existem elementos de segurança que ajudam na identificação de marginais. Por exemplo alunos sem uniforme, outros com as bebidas alcoólicas, até os professores que consumiam álcool. Mudou muito, não me recorde em ter chamado um professor no ano passado, tudo foi graças ao Conselho de Escola. A situação melhorou bastante (C1).

Gutierrez (2001) comenta que a participação de pessoas com formação habilidade e interesse diferentes, em vez de formar uma pluralidade de visões de pontos diferenciados apoia na construção da identidade escolar. Ou melhor, o CE se constitui em um instrumento de tomada de decisão da escola (Escolar, 2004). Por isso, o Conselho de Escola deverá apoiar os gestores escolares para a observância dos princípios de modo a garantir o pleno funcionamento da escola (MINEDH, 2015).

Portanto, o poder e a tomada de decisões devem ser compartilhados por alguns ou por todos os membros da organização; compartilha de valores e de objectivos comuns por todos os integrantes; existe uma representatividade formal de todos os membros nos órgãos de decisão; a organização deve conceber políticas e tomar decisões através de aplicação de processos colaborativos baseados no consenso (Guerra, 1994, p. 183).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhando numa concepção de educação de qualidade social, a educação é chamada a formar um homem socialmente definido para desempenhar um papel na luta pela transformação histórica (Praxis, 1996).

O CE não substitui a direcção da escola, mas sim, ambos trabalham em paralelo. todavia, este órgão está mais inserido na comunidade, eleito democraticamente e presidido pela comunidade para atender interesses da própria comunidade na escola. Mais ninguém, o CE conhece melhor a escola, ajuda na gestão democrática e no seu desenvolvimento.

Constatamos a existência de ligação na realização das tarefas entre a direcção da Escola Secundária de Pemba e o Conselho de Escola na medida em que a Escola implementa as políticas educacionais governamentais, o Conselho de Escola toma a posição de fiscalizador do ambiente interno e externo para avaliar a implementação dessas políticas e prestar apoio no que poder, em busca de uma gestão escolar onde todos participam e os alunos aprendem eficientemente.

O Conselho de Escola como órgão de consulta é convocado e participa de forma activa nos encontros ordinários e extraordinários de planificação e gestão da escola, exceptuando as tarefas de carácter meramente pedagógico. Na prática, alguns assuntos de carácter pedagógico, pela sua natureza podem não dar sentido para uma intervenção do Conselho de Escola. Porém, os alunos membros do Conselho de Escola são excluídos das

reuniões, conseqüentemente perdem a oportunidade de colocar opiniões sobre o decurso de seus estudos e outros assuntos de interesse da instituição. Como sustenta Habermas (1986) que “ todos os envolvidos no projecto pedagógico tem a capacidade de representar seus próprios interesses e de regular seus actos por iniciativa própria (p. 920). Essa medida é pertinente, salvo se se tratar de assuntos que conduzam a violência psicológica, verbal ou física condicionada pela idade dos alunos-membros, podendo ou não ter a permissão da maioria.

Portanto, este órgão não tem poder decisivo na gestão interna da escola, pois, é a direcção que convoca e dirige as reuniões dos membros. Embora, os instrumentos legais estejam disponíveis aos superiores hierárquicos, não se observa a sua aplicabilidade; as contribuições e decisões dos membros, na Escola Secundária em estudo não têm sido valorizadas pelos superiores hierárquicos, vide o depoimento: “... nos traiu ao invalidar a decisão do Conselho de Escola de uso de calças para saias nas raparigas. Sentimo-nos traídos porque afinal nos atribuem competências e somos retirados” (C2, C3, C4, C7, C9).

Esse estudo abre espaço para criação de diversas possibilidades de aperfeiçoamento com vista a promoção de mudanças, para uma gestão democrática através da participação dos membros do Conselho de Escola resultando em uma eficácia do ensino.

REFERÊNCIAS

Amado, J. (2009). (coord). *Manual de Investigação qualitativa em Educação*. Coimbra. Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Antunes, A. (2002). *Aceita um conselho? Como organizar o colegiado escolar*. 2ª ed. São Paulo; cortez: Instituto Paulo Freire. Guia da escola Cidadã.

Bardin, L. (2010). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Ferreira, J., & Ufg, D. O. (2006). *Conselho escolar e autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola*.

Canário, R. (2005). *O que é a Escola? – Um “olhar” sociológico*. Porto: Porto Editora.

Canário, R. (2006). *A escola tem futuro? das promessas às incertezas*. Porto Alegre: Artmed.

Comunicação De Crise Na Igreja Católica, G. E., & Pereira, P. A. (2014). Universidade Católica Portuguesa. Retrieved from <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/17835/1/Tese Mestrado.pdf>

Escolar, C. (2004). *Conselho Escolar: estratégia de gestão democrática 1*.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed., editora atlas S. a, São Paulo.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projectos de pesquisa*. São Paulo: Atlas editora S. A.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo* - Sentido e formas de uso. Estoril: Principia editora.

Gutierrez, G. I., & Catani, A. M. (2001). *Participação e Gestão Escolar*.

Habermas, J. (1986). *Teoria Dell'agire comunicativo*: I. Razionalit à nell'azione e rzionalizzazione sociale. Bologna: Il Mulino.

Ibraimo, M. N. (2014). *O Conselho de Escola como Espaço de Participação da Comunidade*. Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação. Faculdade de Educação e Psicologia.

Luck, H., et al. (2005). *A escola Publica*

Luck, H. et. al (2002). *A escola participative: o trabalho do gestor escolar* (6ª Ed.). Rio de Janeiro: DP&A.

Luck, H. (2000). *Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto a Formação de seus Gestores, Em Aberto*, Brasília, Brasil.

Marques, B. M. & Pinto, F. M. R. P. (1981). *A Gestão Flexível do Currículo e a perspectiva de continuidade entre ciclos*.

MINEDH (2005). *Manual de Apoio ao Conselho de Escola*. Maputo, Moçambique: INDE/MINED. Moçambique.

Praxis, M. L. M. (1996). *Administração colegiada na escola pública*. 4ª Ed. Campinas. Papiruis.

MEC - Moçambique. (2008). *Regulamento Geral do Ensino Básico*. Maputo, República de Moçambique.

Richardson, J. R. (2010). *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas S. A.

Suzuki, I. (2002). 'Parental Participation and Accountability in Uganda', *Compare: A Journal of Comparative and International Education*. Secretaria de educação do estado de São Paulo (2014). Cartilha *conselho de escola*. Fundação para o desenvolvimento da educação – FDE. São Paulo. Brasil.

Vergara, S. C. (1997). *Projecto e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: atlas.

Vilelas, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Silabo.

Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso - planeamento e métodos*. Porto Alegre. Bookman 3ª edição.

Legislação

Machel, S. M. (2005). *Sistema Nacional de Educação - Linhas Gerais – Lei 4/83*. Maputo, Moçambique: Minerva Central.

Lei Nº.18/2018. *Reajuste do quadro geral do sistema Nacional da Educação*. Maputo, Moçambique.

Diploma Ministerial nº 61 - Regulamento das escolas do Ensino Básico. Moçambique. B.R. nº 24, I Série. Imprensa Nacional.

Plano Estratégico de Educação (2012 - 2016)

MINED (2012). *Plano Estratégico de Educação 2012-2016*. Maputo, Moçambique.

A

Adolescência 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 185, 189

Alfabetização 1, 2, 3, 10, 12, 16, 17, 19, 177

Aprendizagem 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 25, 30, 31, 46, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 107, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 128, 129, 173, 176, 191

Atividades 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 26, 28, 32, 45, 46, 52, 55, 60, 62, 79, 95, 102, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 120, 121, 142, 154, 157, 159, 161, 176

Aula 1, 3, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 23, 43, 44, 45, 46, 61, 72, 78, 80, 85, 108, 109, 112

Avaliação 25, 43, 45, 94, 110, 147, 190

B

Biblioteca 8, 19, 23, 153, 154, 158, 159, 160, 161, 163

Brasil 5, 6, 15, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 64, 69, 73, 76, 82, 85, 92, 93, 94, 95, 96, 101, 104, 106, 116, 118, 119, 120, 123, 136, 139, 141, 142, 143, 147, 151, 160, 165, 166, 169, 171, 172, 174, 177, 178, 185, 186, 187, 188

C

Cannabis 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

Cecília 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19

Ciência 6, 9, 27, 51, 53, 64, 104, 120, 121, 155, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Comunidade 16, 24, 39, 46, 52, 75, 77, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 102, 109, 112, 114, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 159, 160, 161, 163

D

Desafios 41, 47, 74, 108, 109, 111, 114, 117, 119, 125, 169, 172, 173, 178, 186, 187

Desenvolvimento 3, 5, 6, 7, 9, 14, 16, 17, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 57, 61, 63, 64, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 101, 106, 109, 111, 112, 117, 124, 125, 128, 129, 132, 134, 136, 147, 153, 154, 156, 159, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 185, 189, 191

Digital 98, 100, 111, 116, 117, 120, 122, 172

Docente 1, 2, 44, 55, 62, 65, 74, 75, 100, 106, 107, 110, 111, 112, 114, 115, 118,

119, 132, 138, 140, 141, 142, 143, 147, 150, 151, 166

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 41, 42, 44, 45, 46, 49, 50, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 74, 75, 76, 79, 80, 83, 84, 85, 96, 98, 100, 103, 104, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 174, 176, 177, 178, 187, 190, 191

Educação básica 7, 18, 21, 22, 25, 26, 28, 29, 32, 45, 60, 116, 119, 138, 139, 140, 141, 142, 150, 151, 152, 164, 165, 166, 169, 170, 176, 178

Ensino 1, 2, 3, 6, 8, 10, 12, 13, 14, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 45, 46, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 85, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 142, 143, 146, 147, 149, 150, 151, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 191

Ensino remoto 60, 61, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119

Escola 2, 5, 7, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 33, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 53, 55, 60, 61, 75, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 141, 167, 174, 177, 178

Estudantes 7, 21, 25, 28, 53, 54, 59, 60, 65, 70, 73, 75, 77, 85, 108, 110, 111, 112, 115, 120, 121, 122, 128, 165, 169

F

Formação 1, 4, 5, 6, 7, 9, 17, 21, 24, 28, 29, 31, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 62, 63, 64, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 82, 101, 111, 115, 118, 119, 120, 129, 132, 134, 136, 141, 154, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 174, 176, 177

G

Gravidez 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85

I

Infantil 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 114, 142, 146, 149, 191

Integral 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 49, 164, 165, 166, 169, 176, 177

Internet 44, 47, 60, 61, 73, 80, 83, 111, 112, 115, 116

M

Metodologia 1, 3, 18, 57, 65, 71, 75, 77, 85, 97, 102, 113, 121, 123, 124, 126, 130, 169, 170, 187

N

Necessidade 2, 9, 17, 21, 42, 43, 50, 51, 53, 54, 55, 112, 114, 120, 125, 127, 130, 131, 140, 143, 145, 146, 147, 149, 176, 177, 188

P

Pandemia 59, 60, 61, 63, 65, 73, 102, 106, 107, 108, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 158

Pedagogia 41, 44, 49, 87, 117, 118, 123, 138, 191

Período 11, 20, 21, 23, 25, 26, 28, 52, 56, 60, 64, 65, 73, 94, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 125, 138, 141, 145, 146, 149, 188

Plataforma 103, 107, 108, 109, 118

Poesia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 62, 71, 72, 163

Possibilidade 16, 17, 26, 29, 30, 41, 45, 46, 52, 77, 95, 113, 125, 127, 142, 146, 149, 156, 164, 166, 176

Práticas 1, 2, 6, 7, 17, 24, 46, 47, 60, 63, 64, 66, 73, 75, 84, 90, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 169, 172, 185, 186, 187, 191

Problemas 19, 38, 43, 48, 52, 55, 60, 64, 66, 73, 76, 80, 100, 102, 124, 126, 128, 129, 132, 133, 155, 157, 159, 160, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 176, 182

Professores 1, 3, 7, 11, 17, 24, 31, 39, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 53, 55, 57, 59, 60, 61, 75, 77, 78, 80, 83, 85, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 125, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 150, 151, 159, 161, 165, 174, 177

R

Rede social 98, 100, 102, 103, 104

S

Sexualidade 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 132

Sociedade 24, 28, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 47, 50, 51, 52, 53, 57, 61, 73, 80, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 117, 127, 133, 160, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 186, 187, 188, 189

T

Tecnologias 24, 61, 63, 70, 109, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 161, 172

U

Utilização 46, 47, 55, 60, 63, 67, 98, 105, 106, 110, 114, 117, 157, 158, 161, 165, 171

V

Virtual 107, 108, 112, 113, 114, 115, 139, 179

W

WhatsApp 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora
Ano 2023

Vol 5

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora
Ano 2023

Vol 5